

SOLIDARIEDADE EM TEMPOS SOMBRIOS: “JUSTOS ENTRE AS NAÇÕES” e “SALVADORES DE JUDEUS”

HELENA LEWIN⁴²

O sistema político nazista estabeleceu-se ancorado em uma economia bélica tendo como foco o domínio mundial - a Alemanha dos 1000 anos - uma nova era a ser instituída pela pretendida raça superior ariana. O governante convertido em Führer, o condutor das massas e não um representante destas, e exibindo poder inquestionável, colocava-se ditatorialmente acima do bem e do mal. Se, por um lado, Hitler jamais ocultou seu desprezo pelas massas visto considerá-las destituídas de heroísmo e inteligência, por outro lado, sua dominação carismática dependia da devoção irracional e do fanatismo das mesmas. Daí a importância de organizá-las, de despojá-las de sentido crítico que porventura pudessem exibir, ou seja, aliená-las completamente.

A estimulação ao preconceito antissemita criou um inimigo visível, o judeu, fácil de ser alcançado e sobre o qual repousava a atribuição de inimigo da pátria, na medida que aglutinava, contraditoriamente, os dois grandes sistemas políticos vigentes: ora rotulado de capitalista explorador das finanças internacionais, ora de comunista responsável pela instabilidade mundial devido ao chamamento ideológico à luta de classes.

Raul Hilberg, em seu livro “The Destruction of the European Jews”, afirma que na história européia houve três modalidades de política anti-judaica: conversão, expulsão e eliminação. A destruição processada pelos nazistas não emergiu de um vácuo sócio-político, representou a culminação de uma tendência historicamente progressiva. Segundo esse autor, o discurso dos missionários afirmava: “você não tem o direito de viver entre nós como judeus” correspondendo à etapa da conversão. Por sua vez, os seculares atestavam “você não o direito de viver entre nós”, nesse caso, o instrumento utilizado foi a expulsão. Por fim, os nazistas decretaram “você não tem o direito de viver”, ou seja, a eliminação.

Correlacionando estas diferentes fases à legislação na Alemanha de Hitler, verifica-se um processo de discriminação crescente. Seu início já ocorre em 1933 cuja escalada observa-se a partir das Leis de Nuremberg de 1935, ampliadas sucessivamente nos anos posteriores, deixando largos espaços não escritos para ações rotuladas de “espontâneas” praticadas pelas brigadas dos SA como a que ocorreu na Noite de Cristais. Assim, o aparelho de estado nazista utilizava dois mecanismos de repressão: o oficioso cujas ações eram acionadas para intervir com violência em movimentos de rua sobre aqueles marcados para morrer, e o formal, expresso inicialmente pela legislação vigente que se auto-legitimava como um estado de direito embora calcado sobre um arcabouço autoritário, caminhando para uma planejada política de estado de destruição massiva dos judeus através de seu encarceramento em campos de trabalho e de aniquilamento.

Até o início de 1941, os judeus, principalmente os alemães, não acreditavam que um país de alta cultura civilizatória como a Alemanha pudesse representar um

⁴² *Prof. Dra. Helena Lewin

Coordenadora do Programa de Estudos Judaicos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

perigo para com sua população judaica ou ser portador de atitudes de violência programada. Julgavam tratar-se do clássico fenômeno do antissemitismo tão presente na historiografia do cotidiano das comunidades européias, interpretando como uma onda que vem e que vai embora. Essa atitude de conformidade das populações judaicas decorrente de leituras ingênuas da realidade social foi responsável pelo volumoso aporte demográfico na deportação para os campos de extermínio apesar dos movimentos de resistência que ocorreram.

Neste contexto, faz-se necessário assinalar o desempenho de determinados consulados sediados na Europa, no processo de salvação de milhares de judeus concedendo-lhes visto de entrada em seus países apesar das proibições, arriscando suas vidas e carreiras. A esses cônsules e a todos aqueles que salvaram judeus da matança nazista, o respeito e admiração por seu silencioso trabalho de resgate de vidas sendo merecedores do título de heróis da 2^a. Guerra Mundial. O presente texto, portanto, trata de recuperar historicamente o papel desses protagonistas nos tempos sombrios do Holocausto – o maior assassinato em massa perpetrado contra 6 milhões de judeus pela política antissemita nazista – livrando os judeus da perseguição e do extermínio iminente ao lhes conceder oportunidades reais para fugirem daquela Europa conflagrada ou para esconde-los em lugar seguro, denotando em meio à barbárie reinante seus sentimentos de humanidade, de solidariedade e de compaixão além de sua postura político-ideológica democrática.

Em Israel foi criada, em 1953, uma instituição especificamente dedicada à lembrança e estudo do Holocausto, o Yad Vashem. O Parlamento israelense baseando-se na Lei de Recordação dos Mártires e Heróis definiu entre os objetivos do Yad Vashem a permanente celebração religiosa e histórica em memória das vítimas do terrível massacre nazista além de manifestar os agradecimentos a todos aqueles, não-judeus que arriscaram suas vidas para salvar judeus durante o Holocausto, os **“Justos entre as Nações”** conforme o título de homenagem a eles conferida. O nome Yad Vashem foi inspirado no livro de Isaías 56:5:

*“ dar-lhes-ei na minha casa, e nas minhas muralhas a dentro,
um lugar e um nome ainda melhor do que o que dão os filhos
e as filhas: Dar-lhes-ei um nome eterno, que não perecerá jamais”*

O Yad Vashem é também conhecido como o Museu do Holocausto de Jerusalém que abriga arquivos, uma biblioteca que possui a mais importante documentação do mundo sobre o Holocausto, número que reúne 50 milhões de páginas de testemunhos, contendo 80 mil livros e 4500 revistas especializadas nesta temática, publicando livros e realizando seminários, cursos e pesquisa.

Desde 1960, vem funcionando uma comissão para a designação dos Justos. Quando um nome é proposto para receber o reconhecimento oficial do Yad Vashem, essa comissão analisa detalhadamente as provas e suas motivações acompanhadas do relato dos sobreviventes envolvidos que devem prestar testemunho sobre a veracidade dos argumentos declarados. O título **“Justo entre as Nações”** designa uma pessoa de elevada moral, que oferece empatia, compaixão e ajuda a judeus em tempos de grandes dificuldades e perseguições, decorrente da sua atuação excepcional implicando em perigos relativos à segurança de sua liberdade física, ética e profissional além de riscos de vida para aquele que se dispõe a salvar os judeus.

O tema relacionado ao “risco” e ao “perigo de vida, conforme acima mencionado, poderia resultar em impedimento à outorga do título na medida que aqueles que gozavam imunidade diplomática não estavam necessariamente ameaçados de riscos de vida. Porém, considerando que os maiores salvadores de judeus em termos numéricos foram os cônsules sediados na Europa, seria impossível excluí-los da lista tendo em vista que foram punidos por

seus governos por desobedecer às proibições emitidas no que se refere à concessão de vistos às minorias semitas, perdendo seus postos de trabalho, foram humilhados e discriminados, suas comendas foram retiradas, passando por drásticas necessidades financeiras, morrendo, muitos deles, em grande miséria. Mais adiante os nomes dos principais cônsules brindados com o título de **“Justos entre as Nações”** serão brevemente apresentados.

A publicação SHOÁ, nas pg 310/11, afirma que em certos casos, a salvação veio de grupos como as unidades clandestinas de resistência existentes na Holanda, Noruega, Bélgica e França que encontravam esconderijos para judeus. Um dos casos mais impressionante foi o da pequena aldeia holandesa de Nieuwlande cujos habitantes, entre 1942 e 1943 resolveram de forma conjunta que cada família ocultaria a uma família ou indivíduo judeu. Todos os 117 habitantes desta pequena comunidade foram honrados como **“Justos entre as Nações”**. Outro salvamento coletivo teve lugar na aldeia francesa de “Lê Chambon-sur-Lignon, cujo pastor, André Trocmé, organizou seus fiéis para prover esconderijo e assistência aos judeus que fugiam dos nazistas. Na Dinamarca, cidadãos comuns transportaram 7200 dos 8000 judeus do país em lanchas pesqueiras até a Suécia em uma arriscada operação. Todos esses foram reconhecidos pelo Yad Vashem.

Em muitos casos, cidadãos comuns elegeram salvar judeus assumindo conscientemente todas as consequências de risco de vida que uma ação dessas implicava, ocultando um ou mais judeus em suas próprias casas. Este salvador geralmente construía um “bunker” para esconder o judeu que ali permanecia durante semanas, meses ou anos, sendo alimentado em tempo de grande escassez de comida, compartilhando seu pão. O número de judeus salvos por não-judeus durante o Holocausto é impreciso. Alguns dos judeus morreram depois da guerra ou mesmo durante a mesma, não tendo sido possível obter testemunhas ou saber o nome desses salvadores. Muito deles preferiram manter-se anônimos mesmo depois da guerra afirmando que seu comportamento era ditado por princípios imperiosos de consciência frente o trágico silêncio da maioria dos europeus que não reagem à brutalidade vigente contra os judeus e, que, portanto não se julgavam merecedores de prêmio ou reconhecimento algum.

Esses anônimos **“Salvadores de Judeus”**, no silêncio de seus atos, demonstraram enorme bravura, elevada consciência moral e um incomensurável respeito à vida de seu semelhante. Certamente, centenas deles não constam nos registros do Yad Vashem que, por falta de provas e de testemunhos orais, não puderam ser nomeados institucionalmente como **“Justos entre as Nações”**. Porém, nas cerimônias dedicadas à Lembrança das vítimas da 2ª. Guerra Mundial, celebradas em todas as comunidades judaicas de todo mundo, de forma religiosa ou secular, uma prece especial é dedicada a esses **Salvadores**, reconhecidos como heróis do povo judeu aos quais várias gerações lhe devem suas vidas.

Segundo os dados contidos na Enciclopédia del Holocausto, até final do ano de 2003 haviam sido registrados como **“Justos entre as Nações”**, 20.200 nomes de homens e mulheres, sendo que muitos deles foram convidados a plantar árvores em sua homenagem visando comemorar suas ações humanitárias. O simbolismo da plantação de árvores e seu conseqüente Bosque de Recordação estão intimamente associado ao significado de Vida que a árvore representa, principalmente em uma terra árida, como é Israel, em que cada árvore plantada constitui uma esperança no futuro e uma mensagem exemplar de paz.

Na impossibilidade de nominar cada um dos **“Justos entre as Nações”** em decorrência do difícil acesso aos arquivos do Yad Vashem, embora estejam disponibilizados, alguns nomes foram selecionados visando apresentar, de forma breve, sua “biografia de guerra”. Para tal, elegeu-se uma pequena amostra de diplomáticos que atuaram significativamente no cenário europeu, contemplando sua distribuição geográfica por país de origem desses diplomatas. Assim, serão apresentados na trajetória de quatro cônsules envolvidos no resgate de judeus, oriundos do Brasil, Portugal e Suécia, deixando claro que estes não esgotam o elenco de nomes a quem se deve o respeito e os agradecimentos pelo desempenho heróico de salvar vidas tanto de judeus como de não-judeus e que, segundo os dados do Yad Vashem, o número atual de diplomatas condecorados alcança o número de vinte.

Do Brasil, há duas figuras marcantes, um homem e uma mulher, esta é a única diplomata do sexo feminino de todo o grupo de diplomatas homenageados pelo Yad Vashem. Luis Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, são os seus nomes. Grande foi a contribuição destes dois personagens no cenário da 2^a. guerra mundial no que se refere a salvação de foragidos judeus, entre outros refugiados.

Luis Martins Souza Dantas, embaixador brasileiro em Paris de 1922 a 1942. Reconhecido pelo Museu do Holocausto em Jerusalém (Yad Vashem) como “**Justo entre as Nações**” por ter emitido centenas de vistos durante os difíceis anos do domínio nazista na Europa, sem alarde, silenciosamente. Rebelou-se contra as determinações do governo de Getúlio Vargas que através de circulares secretas, enviadas às embaixadas brasileiras instaladas na Europa, determinava a proibição de atender solicitações de vistos a semitas para entrar no Brasil. Os vistos emitidos por Souza Dantas salvaram comprovadamente 478 pessoas, porém calcula-se que seu número deve ter alcançado a casa dos 1000, que por medida de segurança não foram computados por conta de sua natureza secreta. Quando, em 1942, os alemães romperam o armistício e invadiram a parte ainda não ocupada da França, todos os diplomatas sediados na França passaram a despachar em Vichy que foi tomada pelos nazistas. O governo brasileiro havia rompido com a Alemanha e a ela declarado guerra e a embaixada brasileira em Vichy não ficou livre da violência nazista. Foi invadida e o Embaixador Souza Dantas juntamente com seus auxiliares foram presos, confinados em Bad Godesberg, na Alemanha, por 14 meses. Libertado, ele volta ao Brasil onde havia sido planejada uma recepção festiva que foi abortada por ordem de Getúlio Vargas. Somente no dia 21 de dezembro de 1944, seu nome é inscrito no Livro de Mérito Nacional, reconhecimento formal de seu elevado desempenho nos serviços prestados à Pátria. Enquanto durou o Estado Novo, Souza Dantas foi mantido no ostracismo da vida pública. Morreu pobre e abandonado em Paris, em 1954. A recuperação histórica do diplomata Souza Dantas, figura que sequer aparece nos livros didáticos brasileiros, foi analisada no livro “Anti-semitismo na Era Vargas” de autoria de Maria Luiza Tucci Carneiro e, posteriormente, tornou-se tema da dissertação de mestrado de Fabio Koifman “Quixote nas Trevas”. Essas publicações foram responsáveis por trazer ao conhecimento público esse personagem, que tanto benefício aportou àqueles para os quais ele foi diretamente responsável pelo seu salvamento, denotando heroísmo e grandeza de caráter.

Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, a partir de 1934, trabalhou no consulado brasileiro em Hamburgo, Alemanha, como chefe do serviço de vistos. Perplexa e indignada com as terríveis perseguições e matança de judeus promovidos pelo nazismo, Aracy ciente das proibições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil que determinava a não concessão de vistos aos apátridas, leia-se judeus, resolveu desobedecê-las. Passou, discretamente, a facilitar a emissão de vistos a dezenas de pessoas que buscavam ajuda no consulado brasileiro de Hamburgo. Em 1938, o diplomata brasileiro João Guimarães Rosa foi nomeado Cônsul-adjunto em Hamburgo que afirmou, posteriormente, ter ciência da desobediência de Aracy e ter lhe dado pleno apoio. Casaram-se em 1940. Viveram em Hamburgo até quando regressaram ao Brasil, em 1942, quando as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil foram rompidas. Consta do Concise Encyclopedia of the Holocaust que Aracy de Carvalho Guimarães Rosa começou a ajudar os judeus depois do terrível “pogrom” na noite de 9 de novembro de 1938 que ficou conhecida como Kristallnacht – Noite dos Cristais - que se estendeu por várias cidades da Alemanha e Áustria. Multidões de nazistas enfurecidos atacaram sinagogas e queimaram objetos do ritual litúrgico judaico. Invadiram residências de judeus e violentaram mulheres e crianças. Depredaram estabelecimentos comerciais e saquearam-nas. Mataram 90 pessoas com requinte de crueldade. Este acontecimento marca o início da repressão sistemática contra os judeus que objetivava, através da chamada “Solução Final”, o extermínio total dos judeus da Europa. Aracy revoltada não se intimidou e passou daí em diante a acelerar a emissão de vistos para os fugitivos judeus, ignorando as determinações do Itamaraty. Para tanto, contou com a cumplicidade de um funcionário da polícia de Hamburgo que emitia passaportes para os judeus retirando do documento o “J” vermelho que os identificava como judeus, viabilizando a emissão de vistos nesses

passaportes. Aracy não emitia apenas os vistos. Ela protegia esses refugiados dando-lhes cobertura diplomática, abrigando judeus em sua própria casa ou de pessoas de sua confiança e garantindo sua saída da Alemanha. Entrevista realizada com seu filho, Eduardo de Carvalho Tess, ele afirma que, sua mãe, arriscou sua vida, muitas vezes, ao transportar judeus no portamalas de seu carro apesar da vigilância da Gestapo. Oitenta judeus foram salvos por esta corajosa mulher aos quais se deve acrescentar muitos outros não-judeus perseguidos pelo nazismo. Recebeu o título de honra “**Justo entre as Nações**” do Yad Vashem e era carinhosamente chamada de “o Anjo de Hamburgo” por todos aqueles a quem havia salvo.

Aristides de Sousa Mendes, consul português em Bordéus, contrariando as ordens expressas de Salazar, assinou milhares de vistos para fugitivos judeus, salvando-os da morte certa se fossem enviados para os campos de concentração. Até ser afastado do cargo pelo ditador português, Souza Mendes ignorou as circulares governamentais passando a desrespeitá-las, assinando vistos a quantos lhe solicitassem. Os milhares de vistos eram assinados de dia e de noite, todos os dias até a exaustão física. Souza Mendes, vivendo em plena cena da guerra pode certificar-se das conseqüências terríveis que pudessem advir do avanço das tropas alemãs no continente europeu.. Portugal, como país neutro, transformara-se em a única porta de saída para o deslocamento destes refugiados tentando alcançar outros destinos fora da Europa. Percebeu que a rapidez na emissão dos vistos era crucial na medida que, cada vez mais, o espaço fora do domínio alemão na Europa se estreitava. Até quando Portugal poderia se manter neutro? Esta era uma pergunta recorrente! E justificava sua pressa como um mandamento a ser cumprido! Quando inquirido sobre o porquê de seu comportamento, ele declarou no seu processo de defesa a que foi submetido por ter descumprido as ordens governamentais, que as razões que o levaram a optar por tal atitude se vinculavam “à situação aflitiva de toda aquela gente que o comoveu profundamente”. Aristides de Souza Mendes foi considerado culpado no inquérito disciplinar tendo como pena a sua reforma compulsória com uma pensão reduzida que lhe impossibilitava sustentar sua família sendo socorrido por seu irmão e pela comunidade judaica de Lisboa. Em 1954, ele morre na mais extrema miséria. Em sua lápide foi inscrita uma passagem da Torá (Bíblia judaica) “Quem salva uma vida, salva o mundo” como reconhecimento de seus méritos, embora sem nenhuma repercussão na imprensa portuguesa. Desde 1967, Aristides de Sousa Mendes é o único português portador do título “**Justo entre as Nações**”, concedido pelo Yad Vashem de Jerusalém.

Raoul Wallenberg – diplomata da Embaixada da Suécia sediada na Hungria foi responsável pelo salvamento de milhares de Judeus em arriscadas operações de proteção contra o exército alemão nazista que ocupou este país em março de 1944. Em apenas dois meses, os alemães já haviam deportado 435.000 judeus para os campos de extermínio. Da população nativa judaica sobraram apenas 200.000, ou seja, 2/3 dos judeus húngaros haviam sido deportados, nomenclatura usada para encobrir o uso da palavra objetivamente concreta de extermínio. Em outubro do mesmo ano, as deportações foram reativadas em ritmo acelerado. Observando a tragicidade do destino de grandes contingentes populacionais marcados para morrer, a Embaixada da Suécia propôs emitir passaportes aos judeus húngaros que tivessem alguma vinculação com cidadãos suecos, nomeando para assumir a chefia desta perigosa missão humanitária, mas sobretudo política de resgate dos judeus húngaros, a Raoul Wallenberg. Esta decisão do Ministro das Relações Exteriores da Suécia converteu-se em um decisivo sinal para iniciar a operação de salvamento. Este foi o álibi! Paralelamente, a situação dos judeus remanescentes tornou-se ainda mais perigosa tendo em vista a subida ao poder do partido Cruz de Flechas, declaradamente antissemita e aliado dos nazistas. Frente a essa conjuntura, Wallenberg resolveu intensificar seus esforços: durante os três meses seguintes emitiu milhares de passaportes denominados de “passaporte de proteção”(The Wallenberg’s Passport). Quando Adolf Eichman ordenou a “Marcha da Morte” dos judeus de Budapest até a fronteira austríaca, Raoul Wallenberg perseguiu as colunas de judeus em marcha para a morte retirando aqueles que portavam os “passaportes de proteção” anteriormente expedidos e os conduziu de volta à capital. Os dados registrados nos arquivos de vários institutos de pesquisa histórica sobre a missão Wallenberg durante a 2ª. Guerra Mundial, relatam que sua

ação foi mais ampla: além de resgatar os judeus que compunham a Marcha da Morte, também foram alvo de sua atividade de salvamento os judeus já embarcados em trens que se dirigiam à Auschwitz ou a campos de trabalho forçado que possuíam “passaporte de proteção”. Concomitantemente, Wallenberg teve apoio de diplomáticos de outros países, entre os quais se sobressaiu Angel Sank Briz da Espanha. Estes ofereceram-lhe apoio e ajuda, o que muito facilitou o estabelecimento de albergues e seus esquemas de vigilância. Esse sistema de abrigo foi considerado como um espaço territorial neutro que teria que ser admitido por força das convenções internacionais. Esses albergues e espaços protegidos ficaram conhecidos como o “Gueto Internacional” em cujas janelas tremulavam bandeiras brancas como sinal de interdição de entrada aos alemães e seus aliados. Grupos de voluntários se encarregaram da provisão de alimentos e atendimento médico formando uma subterrânea rede de solidariedade que ajudou a salvar os judeus aí abrigados. Em janeiro de 1945, o exército soviético invade a Hungria liberando-a do domínio nazista. Wallenberg tentou negociar o destino dos judeus internados no “Gueto Internacional” e no “Gueto Principal da cidade de Budapest” argumentando que os primeiros tinham proteção do governo sueco enquanto portadores dos “passaporte de proteção” e os demais como refugiados de guerra ou/e apátridas dado o confisco de seus documentos pelos nazistas. Os soviéticos suspeitavam ser Wallenberg e os demais diplomatas suecos em Budapest, agentes ou espões alemães convocando-os a prestar esclarecimentos sobre sua conduta, sem respeitar suas imunidades diplomáticas. Um grande mistério se abateu sobre o destino de Raoul Wallenberg que misteriosamente desapareceu sem deixar rastros, aos 33 anos. Durante anos, os soviéticos alegavam desconhecer seu paradeiro. Prisioneiros de guerra alemães que retornaram das prisões soviéticas afirmaram ter visto Wallenberg e que o conheceram na prisão. A partir destes testemunhos, o governo sueco exigiu informações do governo soviético que, somente após a morte de Stalin, confessou que ele havia sido preso e falecido na prisão em 1947. Não obstante, sua família não acreditou nessas explicações baseando-se em informações de prisioneiros soviéticos ao afirmarem que ele ainda estaria vivo, após a data declarada pelo governo soviético. Ainda hoje permanece o dramático mistério! Wallenberg tem sido alvo de inúmeras manifestações de solidariedade e de admiração por seu corajoso papel no salvamento de milhares de vítimas da 2ª. Guerra Mundial. Como homenagem e como tributo a sua memória, seu nome está em ruas e praças de inúmeros países, tendo os Estados Unidos lhe outorgado a distinção de Cidadão Honorário. Raoul Wallenberg é um dos maiores heróis daqueles tempos sombrios. Sua coragem e sua consciência democrática são modelo para todas as gerações e o Yad Vashem lhe outorgou merecidamente o título de **“Justos entre as Nações”**.

Fora da órbita diplomática, cabe uma importante menção ao nome de Irena Sendler que a partir de 1940 correu elevados riscos para levar víveres, medicamentos e roupas aos habitantes do Gueto de Varsóvia. Este foi criado pelos nazistas e congregava no seu interior mais de 450 mil pessoas amontoadas em 4 quilômetros quadrados. Nascida em 1910, Irena estudou na Universidade de Varsóvia, a maior da Polônia, tornando-se enfermeira diplomada do Departamento de Assistência Social desta cidade. Ainda antes da 2ª. Guerra Mundial, já exercia sua profissão atendendo os bairros pobres de Varsóvia onde viviam muitas famílias judias. À época da invasão alemã na Polônia e a instalação do Gueto de Varsóvia, Irena Sendler usava a Estrela de David, quando ia visitar o Gueto para ajudar seus habitantes. Assim o fazia para não chamar atenção dos soldados alemães, comportando-se da mesma maneira que uma anônima judia. Sua atenção preferencial, ela dedicava às crianças trazendo alimentos e remédios às desnutridas e doentes, ajudando as mães com conselhos e apoio. Até 1943, Irena e sua equipe de colaboradores fizeram sair do gueto de Varsóvia milhares de crianças judias que colocavam em casa de famílias polonesas e em conventos católicos. Ao todo foram salvas cerca de 2500 crianças, resgatas pela mão de Irena Sendler. Era extremamente perigosa a operação estabelecida por Irena para salvar este enorme contingente de crianças. Tanto ela e sua equipe assim como as crianças retiradas do gueto corriam risco de vida. Como fazia? Dava-lhes um calmante e escondia-as dentro de malas, em sacos de batata e até de caixões que depois eram transportados pelos bombeiros ou em caminhões de lixo. Irena Sendler, foi muitas vezes entrevistada antes de morrer, principalmente pelas

crianças que havia salvo, essas já na condição de adultos quando descobriram sua história e identidade, prestado-lhes homenagens, agradecimentos e testemunhando suas heróicas ações. Afirmou em um de seus depoimentos que “quando propunha às famílias salvar-lhes os filhos, as reações eram trágicas. As mães não concebiam a idéia de se separar deles, preferindo morrer juntos”. As que tomaram essa decisão demonstraram a maior coragem, afirmou Irena anos depois. “Perguntavam-me se eu lhes prometia que os filhos sobreviveriam. Que eu podia prometer, quando sequer sabia se conseguiria sair do gueto?”. Seu trabalho de salvamento não terminava com o resgate físico das crianças. Sua preocupação era com o registro das crianças, o futuro resgate de sua identidade passada. Assim, ia registrando os nomes das crianças e das famílias e dos conventos nas quais ficaram abrigadas anotando tudo em papéis que ia juntando e guardando em potes de vidro e os enterrando. Foi presa e torturada pela Gestapo, em outubro de 1943. Quebraram-lhe os ossos dos pés e das pernas mas Irena nada revelou. Condenada à morte, foi salva a caminho da execução por um soldado alemão subornado pela resistência polonesa. Depois da guerra, ela mesma desenterrou os frascos com os nomes das crianças, das famílias e dos conventos. Começou a busca dos pais biológicos mas a maioria havia morrido nos campos de concentração... Seu nome foi acolhido pela comissão do Yad Vashem de Jerusalém que a homenageou com o título de “Justo entre as Nações”. Sua modéstia era impressionante, tendo declarado que “podia ter feito mais!” Foi um exemplo de dignidade e de amor ao próximo. Foi uma valorosa mulher!

Uma ampla pesquisa está sendo realizada na USP, no departamento de História, dentro do projeto Arqshoá. Este visa identificar os inúmeros brasileiros “salvadores de judeus” que se dedicaram com afinco a buscar caminhos de salvação para minorar o terrível sofrimento dos judeus durante a 2a. Guerra Mundial. Segundo dados preliminares, seu número é significativo. A eles que sigilosamente desenvolveram importantes ações que se converteram em muitas vidas resgatadas, as homenagens devidas.

Referências bibliográficas:

- Arendt, Hannah – Las Orígenes del Totalitarismo – Madrid: Alianza, 1999
Bankier, David (org) – El Holocausto: Perpetradores -Vítimas -Testigos. Jerusalem:Magnes ,1986
Carneiro, M.Luiza Tucci – Anti-semitismo na Era Vargas. SP: Brasiliense, 1988
----- Holocausto – Crime contra a Humanidade. SP: Ed. Ática, 1ªed, 8ª
impressão, 2009
Davidovitch, Lucy S. – The War Against The Jews – NY:Bantam Books, 1988
Hilbert, Raul – The Destruction of European Jews – NY: Holmes & Méier Publ. 1985
Koifman, Fábio – Quixote nas Trevas – o embaixador SOUZA DANTAS e os refugiados do nazismo – RJ: Record, 2000
Marrus, Michel R. – A Assustadora História do Holocausto – RJ: Ediouro, 2003
Rozett, R.& Samuel Spector (org) – Encyclopedia of the Holocaust- Jerusalem, 2000
Shoá – Enciclopedia del Holocausto –Jerusalem: E.D.Z Nativ Ediciones, 2004